
Uso de canais Internet como divulgação de demandas das etnias Guarani do Paraná e do Mato Grosso do Sul

Helton Costa

Professor nos cursos de Jornalismo e Publicidade da Unicentro

Doutorando do programa de pós-graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade

Tuiuti do Paraná – UTP

Membro do Grupo JORXXI

Resumo

O seguinte artigo traz os resultados da análise da comunicação posta em prática via Internet pelos canais de divulgação do *Coletivo Kuaira*, que atua no oeste do Paraná e da Associação de Jovens Indígenas – AJI, de Dourados, Mato Grosso do Sul. No caso do coletivo *Kuaira*, a etnia que o utiliza é a Guaraní, população que habita o Paraná desde antes da chegada dos não-índios. Já no caso da AJI, são três as etnias atendidas: os Kaiowá, os Guaraní Ndeva e os Terenas. A pesquisa foi feita na busca de analisar quais os gêneros jornalísticos empregados nos *blogs* das instituições; se havia valores notícia nas postagens e o que era veiculado em cada um dos espaços virtuais. Para atingir esse objetivo, foram analisadas as notícias postadas entre 01 maio e 01 de novembro de 2013, completando assim um semestre de verificações. Para alcançar os objetivos traçados as notícias foram recuperadas do arquivo dos dois *blogs* e em seguida organizadas de acordo com a classificação de gêneros jornalísticos de Marques de Melo (1985). Após esse trabalho, foram tratados os valores notícia, observando se possuíam as especificações das quais fala Traquina (2008).

Palavras-chave: Comunicação indígena. Noticiabilidade. América Latina. *Blog*.

Introdução

A utilização de *blogs* como forma de apresentar conteúdo informativo tem sido uma prática comum à entidades que querem transmitir conteúdos sem a dependência direta das formas de mídia tradicionais, ligadas à grupos de comunicação que já atuam no seguimento jornalístico. Com os *blogs* estudados não é diferente. Entidades ligadas à questões indígenas buscam apresentar sua visão sobre o assunto e acabam por transformar esses espaços de publicação em vitrines de notícias sobre/para a comunidade.

Nesse sentido, por apresentarem similaridades entre as etnias que fazem uso desses canais para divulgação de assuntos de seus interesses, os dois *blogs* foram escolhidos, mesmo sendo de Estados diferentes, o que é uma vantagem para o estudo, já que pode mostrar como grupos em locais diferentes pensam o universo das notícias que dizem respeito à eles. O site do Coletivo *Kuaira*

pode ser visto em www.projetos.unioeste.br/projetos/cidadania/ e o da AJI pode ser acessado em www.jovensindigenas.org.br. De início, pode-se dizer que ambos tratam da luta pela retomada das terras ancestrais defendidas como originárias e, portanto, pertencentes aos indígenas.

O trabalho é uma comparação entre os dois meios de comunicação e poderá ser usado para mapear de que forma grupos indígenas (que tendem a ser marginalizados e estereotipados pela grande mídia), conseguem manifestar seus pontos de vista através de canais criados por eles próprios. Nesse sentido, é inédito, por tratar de veículos informativos dos mesmos povos, mas em Estados diferentes da Federação.

De certa forma, é uma aproximação com o Jornalismo Comunitário, do qual fala Freitas (2006) e uma investigação sobre o acesso de grupos “excluídos” aos espaços de mídia, do qual trata Falcone (2004). Antes de apresentar os resultados da pesquisa, é preciso caracterizar os povos estudados e os grupos que compõem cada uma das organizações que mantêm os sites que foram objetos de estudo, além de caracterizar o que será entendido como notícia e os possíveis valores notícias que poderão ser identificados durante o processo de pesquisa.

Os povos

No caso do coletivo *Kuaira*, a etnia estudada foi a Guarani, população que habita o Paraná desde antes da chegada dos não-índios. Segundo De George (2011), a população Guarani habitava, no século XVI, territórios que compreendiam as “*florestas tropicais das bacias do Alto Paraná, do Alto Uruguai e no planalto meridional brasileiro*”. Eles se subdividiam em três grupos: Kaiowá. Mbya e Ñdeva. Têm em comum o idioma, com algumas mudanças dialéticas em algumas palavras, a ancestralidade e a forma de organização social. (DE GEORGE, 2011, p.29-30)

Já no caso da AJI, são três as etnias atendidas: os Kaiowá, os Guarani Ñdeva e os Terenas. Os Guarani e os Kaiowás têm a mesma origem, porém os Terena são de outro tronco social indígena, dos Guaná, do tronco linguístico Aruak.

Os Guaná ou Chaná, grupo a que se filiam os Terena do Sul de Mato Grosso, não podem ser considerados índios tipicamente brasileiros, pois os elementos de sua cultura estão mais ligados às culturas dos índios do território do Chaco de onde provém [...]. Nos tempos pré-colombianos e nos dois séculos que se seguiram à descoberta da América, os Guaná mantiveram-se numa faixa de terra compreendida pelos décimo nono e vigésimo nono graus de latitude sul. Segundo Alfred Métraux, era a seguinte a distribuição das aldeias dos Guaná, em fins do século dezoito: os Laiana, opostos

à foz do rio Apa; os Nigüecactemic (Nigüecagatemigi), ramo dos Laiana, que ocupavam uma aldeia separada, a oeste do Pão de Açúcar a 21 graus e 44 minutos de latitude sul; os Terena, que ocupavam as aldeias a oeste dos Laiana, a 29 graus de latitude sul; os Echoaladi, que ocupavam duas aldeias, a oeste dos Terena, e finalmente os Quiniquinao (kinikinao) localizados entre os 19 e 20 graus de latitude sul. (SILVA, 1949, p.275)

Porém, no pós-guerra do Paraguai, os Terenas, que colaboraram como soldados do Império do Brasil foram esparramados pelo Estado. (MARQUES e SOUZA, 2009, p.03). Já os Guarani, tanto os do Paraná, quanto do Mato Grosso do Sul (quando ainda era Mato Grosso uno), foram perseguidos para trabalho como mão de obra para os portugueses e para espanhóis. Porém, com o Tratado de Madrid e a definição das fronteiras entre os dois países, a perseguição reduziu, época em que muitos dos indivíduos escolheram o Paraguai, sob a proteção jesuíta, como local de moradia. (DE GEORGE, 2011, p.31)

No Paraná, a etnia Mbya teria se recusado a ir para o Paraguai ou a obter proteção dos padres jesuítas, como ocorrera no Rio Grande do Sul, por exemplo. O mesmo teria ocorrido com seus parentes do Mato Grosso do Sul, mostrando uma origem comum de ambos.

Embora controversos, os estudos recentes sobre os Guarani apontam que os Mbya descendem dos grupos que não se submeteram aos encomenderos espanhóis e tampouco às missões jesuíticas, refugiando-se

nos montes e nas matas subtropicais da região do Guairá paraguaio e dos Sete Povos (LADEIRA, 1997, p. 35).

Perseguições e conflitos ao longo da história marcam as histórias dos povos que hoje utilizam as plataformas de comunicação que são objeto de estudo deste projeto. O aldeamento que hoje é visto nos dois Estados e em todas as etnias envolvidas, teve início da década de 1920, através do Serviço de Proteção ao Índio, órgão do Estado brasileiro que cuidava dos assuntos indígenas na época. (DE GEORGE, 2011, p.32)

No atual momento, esses povos Guarani, à exemplo do que acontece com outros povos indígenas do Brasil, passam por um processo de retomada de suas “*tekobás*”, espaços que definem como “tradicional”, onde podem fazer seus rituais religiosos, os “*jeroky guasu*” e onde podem reproduzir formas de organização social dos antepassados.

Importa observar que os Guarani e Kaiowá têm ligação e conexão direta com os territórios específicos, considerando-se a si e aos territórios como uma só família, dado que o território específico é visto por esses indígenas como humano. Os Guarani e Kaiowá possuem um forte sentimento religioso de pertencimento ao território específico, fundamentado em termos cosmológicos, sob a compreensão religiosa de que os Guarani e Kaiowá foram destinados, em sua origem como humanidade, a viver, usufruir e a cuidar deste território específico, de modo recíproco e mútuo, portanto eles podem até morrer para salvar a terra. Há um compromisso irrenunciável

entre os Guarani e Kaiowá e o guardião/protetor da terra, há pacto de diálogo e apoio recíproco e mútuo: os Guarani e Kaiowá protegem e gerenciam os recursos da terra, por sua vez, o guardião da terra vigia e nutre os Guarani e Kaiowá. (Benites, 2012¹)

Afastados desses territórios, os indígenas apresentam problemas sociais comparáveis ou maiores que os das periferias mais pobres do Brasil. A taxa de suicídio, por exemplo, é uma das mais altas, 34 vezes acima da média nacional, com incidência maior entre jovens de 15 a 29 anos, tendo sido contabilizado a morte de uma criança de nove anos de idade. (O Globo, 09 de outubro de 2013²)

Em 2012, o índice de violência de todos os tipos, de indígenas contra indígenas e de não-índios contra indígenas havia crescido 30% em relação à anos anteriores. Entre esses casos constam “ameaças de morte, de espancamentos e a morosidade em relação a regularização de terras indígenas além da omissão do poder público são alguns pontos citados no relatório como preocupantes”. (Cimi, 2012³)

Atualmente, os Gurani totalizariam no Brasil, 31 mil pessoas, sendo os *Kaiomá*; 7 mil entre os *Mbya* e 13 mil da parte dos *Ñandeva*. Os Guaranis estão nos

Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pará e Tocantins. Já os terenas seriam 24.776 indivíduos, morando no Mato Grosso do Sul, São Paulo e Mato Grosso. (FUNASA/FUNAI, 2008⁴)

Os blogs

No Paraná, o Coletivo *Kuaira* é coordenado por docente e aluno da Universidade Estadual do Oeste Paranaense, por discente da *Universidad Autónoma de Asunción*, por técnico do Institucional do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e por professores indígenas das comunidades envolvidas, no caso, todas as habitantes de aldeias no Oeste do Estado. (*KUAIRA*, 2013⁵)

Já a AJI tem a coordenação de uma ONG e é mantida por voluntários indígenas da própria comunidade. Sobre a forma de financiamento, afirma receber dinheiro do capital privado, enquanto o *Kuaira* não especifica a origem das verbas que mantêm o trabalho do coletivo.

De início pode-se afirmar que os dois sites divulgam e produzem conteúdo informativo sobre suas

1 Disponível em <http://migre.me/gzdKl>

2 Disponível em <http://www.cimi.org.br/pub/viol/viol2012.pdf> e G1, 2013, disponível em <http://g1.globo.com/ro/>

3 Disponível em <http://migre.me/gzd8R>. Grifo do autor

4 Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>

5 Disponível em <http://migre.me/gze38>

comunidades atendidas e que muitos deles podem ser classificados como pertencentes aos diversos gêneros jornalísticos, conforme classificação de Marques de Melo (1985). Esse foi o ponto que interessou ao estudo, a descoberta através da análise, do que era notícia na visão da própria comunidade. Associada à essa separação do que era notícia, foi investigado ainda o que são os valores notícia, parâmetros para que algo ou alguém seja noticiável.

1.3 Notícia

A notícia é entendida neste trabalho como o produto que resulta do fazer jornalístico, inserido numa cadeia produtiva da informação, como lembra Sousa (2002). O autor defende também que “qualquer teoria do jornalismo deve esforçar-se por delimitar o conceito de notícia”. (SOUSA, 2002, p.2)

Parte-se do princípio da notícia enquanto representação de parte da realidade, e não o da dita teoria do espelho, que a entende como um reflexo da realidade. Entendemos que as informações dos sites são fragmentadas e logo, situadas no campo do recorte da realidade. (TRAQUINA, 2008, p.80)

As notícias veiculadas nos veículos estudados estariam, portanto, situadas, no campo das representações da realidade social. Não seriam

essa realidade em si, mas, “pedaços” dela “transformadas” em notícias, baseadas em critérios de noticiabilidade. Estes seriam os “guias” para que o jornalista possa transformar fatos do universo real em “estórias” e relatos do universo simbólico. (TRAQUINA, 2008, p.82)

Para chegar a esse produto final (notícias), existem critérios que norteiam os jornalistas na busca por transmitir essa visão do real que possuem e compartilham como uma única verdade, uma representação da realidade social. Esses conjuntos de juízos formam os critérios de noticiabilidade.

Noticiabilidade

Sobre noticiabilidade, que é o potencial de um assunto ser transformado em notícia, defendemos que ela envolve fatores que vão desde a estrutura dos jornais (no caso *blogs*) até o grau de capacitação dos profissionais do jornalismo/usuários, para que cheguem ao ponto do que Aguiar (2006) chama de “existência pública na formação discursiva denominada notícia” (AGUIAR, 2006, p.5).

Na descrição de Traquina (2008), os critérios de noticiabilidade são valores notícias que os membros da tribo jornalística partilham. São “conjuntos de critérios e operações que fornecem a aptidão de

merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir um valor como notícia”. (TRAQUINA, 2008, p.63).

Os “valores notícia” são classificados em critérios substantivos e contextuais. Os substantivos seriam aqueles que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse como notícia e os contextuais os que dizem respeito ao contexto da produção da notícia em si. (WOLF, 1987 apud TRAQUINA, 2008, p.78)

Como valores substantivos, Traquina (2008) aponta a notoriedade do personagem da eventual notícia, a proximidade em termos culturais e geográficos, a relevância do assunto, a novidade da informação e o tempo que poderá manter-se em destaque. Ainda tratando desses ditos valores de seleção, Traquina chama a atenção para a Notabilidade (inversão, o contrário do normal), Inesperado (aquilo que surpreende a expectativa da comunidade jornalística); Conflito ou controvérsia (violência física ou simbólica entre partes concorrentes) e Infração (violação ou transgressão de regras), Escândalo (dá ao jornalista o papel de “cão de guarda” das instituições democráticas). (WOLF, 1987 apud Traquina, 2008, p.83-85)

Já os critérios contextuais (literalmente referentes ao contexto do fato), são marcados por disponibilidade (facilidade com que é possível fazer a cobertura do

acontecimento), equilíbrio (quanto sobre o assunto já foi publicado), visualidade (o que de imagem há para ilustrar a matéria), concorrência (o que os concorrentes estão dizendo sobre o assunto) e dia noticioso (quantidade de assuntos noticiáveis do dia). (WOLF, 1987 apud Traquina, 2008, p.89).

É a partir desses entendimentos que os assuntos veiculados nos dois sites foram observados e analisados para os resultados do estudo.

2 Gêneros jornalísticos

Já a classificação dos gêneros jornalísticos que foi proposta no artigo, seguiu o modelo de Marques de Melo (1985), onde ele trata quais os tipos mais comuns no jornalismo brasileiro e que ainda hoje são utilizados por pesquisadores em Comunicação.

Marques de Melo (1985) separa os textos em: “Gêneros informativos (Nota, notícia, reportagem, entrevista, título e chamada); “Gêneros opinativos (editorial, comentário, artigo, resenha ou crítica, coluna, carta, crônica); “Gêneros utilitários ou prestadores de serviços” (roteiro, obituário, indicadores, campanhas, “ombudsman”, educacional [testes e apostilas]); “Gêneros ilustrativos ou visuais” (gráficos, tabelas, quadros demonstrativos, ilustrações, caricatura e fotografia); Propaganda (Comercial, institucional e

legal) e Entretenimento (Passatempos, jogos, história em quadrinhos, folhetins, palavras cruzadas, contos, poesia, charadas, horóscopo, dama, xadrez e novelas).

3 A análise

Para que o trabalho de classificação pudesse ser feito as notícias foram numeradas e colocadas em tabela como definida na tabela 1.

Já sobre os valores notícias, o conteúdo dos *blogs* foi separado em uma tabela que desse conta de organização

quanto aos *valores notícia substantivos* (tabela 2). (WOLF, 1987 apud Traquina, 2008, p.83-85)

Com essa classificação em tabelas, foi feita a análise de 133 notícias no *blog* da AJI e de 17 no Coletivo *Kuaira*, sendo que, nesse último, por falta de atualização constante no conteúdo, foi feita um diagnóstico em todo o conteúdo do site desde 2005, o que resultou nessas dezessete notícias.

Diante dos números, foram encontradas no *blog* da AJI, 10 (7,5%) de postagens do gênero opinativo e 123 (92,5%) informativos. Desse total, apenas 01 (0,7%)

Quanto ao gênero Marques Melo (1998)

Número de textos	Gênero opinativo	Gênero utilitário	Gênero ilustrativo	Propaganda	Entretenimento	Gênero Informativo
------------------	------------------	-------------------	--------------------	------------	----------------	--------------------

Tabela -1 – Gêneros jornalísticos

Número da notícia	1	2	3	4	5	6	7	8
-------------------	---	---	---	---	---	---	---	---

Tabela 02 – Valores notícia substantivos

Legenda:

- 1 - Proximidade em termos culturais e geográficos
- 2 - Relevância do assunto
- 3- Novidade da informação
- 4 - Tempo que poderá manter-se em destaque
- 5 - Notabilidade (inversão, o contrário do normal)
- 6 - Inesperado (aquilo que surpreende a expectativa da comunidade jornalística)
- 6 - Conflito ou controvérsia (violência física ou simbólica entre partes concorrentes)
- 7 - Infração (violação ou transgressão de regras)
- 8 - Escândalo (dá ao jornalista o papel de "cão de guarda" das instituições democráticas).

era de produção própria dos próprios indígenas e todas as outras eram copiadas, reproduzidas de outros veículos de comunicação de Dourados, de sites do Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Já no Coletivo *Kuaira*, os números mostram que de 17 postagens, 05 (29,5%) pertenciam ao gênero utilitário, constituindo-se em anúncios de eventos e atividades na comunidade; que outras 08 (47%) pertenciam ao gênero informativo e que 04 (23,5%) eram opinativas (cartas de apoio à movimentos nacionais indigenistas). Todas as postagens eram originárias de textos produzidos pelos gestores não indígenas do *blog*.

Nos dois casos, podemos observar que o protagonismo indígena para relatar os fatos de seu cotidiano, que poderia ser efetivado com independência das mídias tradicionais, proporcionado pelos *blogs*, poderia estar prejudicado, já que, mesmo com pessoas das comunidades participando dos projetos, não há muito conteúdo específico sobre as populações indígenas que os mantêm.

No período analisado, que é um recorte temporal do “todo” do *blog*, apenas uma notícia tendo sido produzida pelo *blog* da AJI e nenhuma pelos indígenas do *Kuaira*, pode evidenciar dois cenários: falta de acesso efetivo das comunidades aos canais onde são retratados ou ainda a subutilização dos

indígenas como fontes. Para saber sobre isso ou para investigar outros motivos, seria preciso um estudo sobre as rotinas produtivas dos dois *blogs*, o que não é o objetivo desse trabalho.

Quanto aos valores notícias substantivos, 100% delas tinham pelo menos três (quando não todos) dos ditos valores. Tal fato não é de toda novidade, já que para entrar no universo simbólico das notícias do qual fala Traquina (2008), é preciso que um fato tenha pelo menos um desses valores, caso contrário, não é notícia.

O que de fato chama a atenção quanto à essas notícias, principalmente no *blog* da AJI, é a presença constante nas reproduções, da temática da luta pelos territórios que os indígenas defendem como sendo de seus antepassados e ocupados de maneira irregular pelo agronegócio. No *blog* da AJI ganha essa repercussão não só a luta dos indígenas do Mato Grosso do Sul, como de todo o Brasil, dando sentido que é um *blog* voltado para informar o usuário que o problema é nacional e não localizado.

No *blog Kuaira* também há notícias sobre essa temática, mas o foco, principalmente nos primeiros anos, é informar quem acessa, sobre os eventos que serão realizados pela universidade com os indígenas.

Conclusão

De modo geral, o que se nota nos dois *blogs* é uma preocupação em reafirmar posicionamentos favoráveis à retomada de terras tradicionais, recortada e divulgada pelos olhos da mídia geral. Logo, durante esse processo, acaba-se por deixar de lado postagens produzidas pelas próprias comunidades retratadas, fato não menos relevante e que poderia dar uma visão mais próxima do que realmente passam e sentem os protagonistas dos veículos de comunicação estudados: os indígenas.

Mesmo nas notas opinativas, quando há indígenas escrevendo, esses estão ligados à órgãos exteriores às aldeias e trazem uma visão que muito se aproxima daqueles não índios, afastando o protagonismo imaginado quando se descrevem os *blogs* como sendo indígenas.

Não se pode negar, porém, que o *blog* do coletivo *Kuairá* cumpre o que promete quando em sua página que o espaço tem como objetivo “colaborar na justa e legítima luta dos povos indígenas Guarani na retomada de suas terras tradicionais, em especial no oeste do Paraná”⁶.

Já a AJI, busca “fortalecer a socialização entre essas três etnias que compõe a Reserva Indígena

⁶ <http://migre.me/gHg30>

⁷ <http://www.jovensindigenas.org.br/quem-somos>

de Dourados, tida como a mais populosa do país”⁷. Nesse sentido, deixa a desejar (no período analisado), já que está centrada em informar muito mais sobre os processos de retomada do que sobre ações que integrem as etnias (Guarani, Kaiowá e Terena).

Após o estudo, é possível dizer que mesmo com falhas e com pouca voz aos indígenas das comunidades onde estão sediados, os dois *blogs* cumprem seu papel de informar, dar versões mais equilibradas e relatar fatos do ponto de vista de entidades que acompanham as demandas indígenas (como o Conselho Indigenista Missionário – Cimi da Igreja Católica). Quando colocam em prática tais ações, apresentam ao mundo visões que levam em conta também a perspectiva indígena dos fatos, ainda que nas notícias eles sejam fontes secundárias.

Em outro estudo, poderão ser apontadas as fontes que abasteceram cada um dos jornais e de maneira mais incisiva, poderá ser mostrada como a mídia exterior à comunidade é utilizada para reafirmar e informar dos desejos da comunidade, mesmo que ela não fale si própria.

Excluindo-se a falta de produção própria da comunidade, pode-se dizer afinal, que, os dois *blogs* são importantes para as causas indígenas e que fazem contraponto contra informações de outros setores

que se opõem à luta de retomada de antigos territórios ameríndios e que independente das fontes, servem para manter os usuários informados sobre as várias

frentes em que as comunidades índias no Brasil e no exterior se articulam em busca de retornar para os territórios que alegam ter-lhes pertencido.

Referências

- AGUIAR, L. A. *O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias*. Revista Alceu, v.7, n.13, p. 73 a 84, jul./dez. 2006.
- ASSOCIAÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS DE DOURADOS. Disponível em www.jovensindigenas.org.br
- COLETIVO KUAIRA. Disponível em <http://projetos.unioeste.br/projetos/cidadania/e>
- DE GEORGE, I. T. B.; Cifuentes, J. C.. Conhecimentos (Etno)Matemáticos dos Professores Guarani das Escolas Indígenas do Paraná. In: XIV EBRAPEM Educação Matemática: Diversidades e Particularidades no Cenário Nacional, 2010, Campo Grande - MS. *Caderno de Resumos*. Campo Grande: UFMS, 2010. p. 125-126.
- FALCONE, K.. *O Acesso dos Excluídos ao Espaço Discursivo do Jornal*. 1. ed. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras / UFPE, 2005. v. 1.
- FREITAS, Viviane Belizario de. *O papel social do jornalismo comunitário: Um estudo do Jornal Cantareira*. Centro Universitário Nove de Julho. São Paulo, 2006. Disponível em www.bocc.ubi.pt.
- FUNASA/FUNAI, 2008, disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>
- LADEIRA, Maria Inês. *A gestão integrada dos recursos naturais do complexo estuarino lagunar de Iguape-Paranaguá*. Centro de Trabalho Indigenista, 1994.
- MARQUES DE MELO, J. *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*. IPCJE, 1985.
- _____. *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- _____. *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo: Editora Pioneira, 1972.
- MARQUES, C. N.. *Memória Terena: História e Língua, Educação Escolar e Cultura, Identidade e Resistência*. 2009.
- SILVA, Ferando Altenfelder. Mudança Cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, N. S., VOL III: 1949.
- SOUSA, J. P. *A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal*. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=13>. Acesso em: 04 jun. 2012.
- SOUSA, Jorge Pedro (1999). A cobertura imagética da Guerra do Golfo na imprensa portuguesa. *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*. Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-guerra-golfo.html. Acesso em 04/09/2012.

SOUSA, Jorge Pedro (2002). Por que as notícias são como são? *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>. Acesso em 04/09/2012

SOUSA, Jorge Pedro. *Construindo uma Teoria Multifactorial da Notícia como uma Teoria do Jornalismo*. Universidade Fernando Pessoa, Portugal, 2004. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.html>. Acesso em 04/09/2012

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2 ed. 2008.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença. 2003.